



## CONTEXTO

As doenças Dengue, Chikungunya e Zika são transmitidas pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Espalha-se rapidamente e tem potencial para se tornar uma epidemia mundial. Sua incidência aumentou 30 vezes nas últimas cinco décadas e, atualmente, está presente em mais de 125 países.

Por sua vez, a Chikungunya é uma doença infecciosa febril que pode ser transmitida pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Embora a Chikungunya não seja uma doença de alta letalidade, tem caráter epidêmico com elevada taxa de morbidade, tendo como consequência a redução da produtividade e da qualidade de vida.

A febre Zika, ou simplesmente zika vírus, é também transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. O Zika vírus foi identificado pela primeira vez no Brasil em abril de 2015 e, até novembro daquele ano, mais de mil bebês nasceram com microcefalia associada ao vírus Zika. O crescente número de casos de microcefalia no país é um problema grave que levou o Ministério da Saúde a declarar Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Ressalta-se que até setembro de 2016, foram confirmados 1.777 casos de microcefalia e/ou malformações.

## ABRANGÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO



**70**

MUNICÍPIOS FISCALIZADOS

**26**

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

# PROGRAMA DE COMBATE AO MOSQUITO Aedes Aegypti

Em função da relevância do tema e das doenças que são transmitidas pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *albopictus*, bem como pelo drástico aumento da incidência dessas doenças no Brasil no ano de 2015, a CGU se propôs a avaliar o Programa Nacional de Controle da Dengue.

## OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliar a atuação da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, a qual compete a Coordenação Nacional do Programa de Combate ao Mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*,

## PERÍODO DA AVALIAÇÃO

2015 A 2017

## OBJETO DA AVALIAÇÃO

ASPECTOS FINANCEIROS

GESTÃO DE INSUMOS PARA O COMBATE AO MOSQUITO

## NÚMEROS DA FISCALIZAÇÃO

**R\$ 100 MI**

de saldo médio de recursos destinados às ações de vigilância em saúde mantidos na conta do Fundo Estadual de Minas Gerais em 2016, sem a devida utilização

**R\$ 194 MI**

de recursos federais foram transferidos para Secretarias Estaduais que não possuíam seu Plano de Saúde Estadual

**52%**

das Unidades da Federação deixaram de aplicar os recursos tempestivamente (14 de 27)

**R\$ 130 MI**

dos recursos federais disponíveis (1/3 do valor) para aplicação em ações de vigilância em saúde deixaram de ser tempestivamente aplicados

## RESULTADO DA AVALIAÇÃO

O QUE FOI ENCONTRADO?

RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE FORAM MANTIDOS, SEM A DEVIDA UTILIZAÇÃO, EM CONTAS CORRENTES DOS FUNDOS DE SAÚDE ESTADUAIS E MUNICIPAIS

RECURSOS FEDERAIS FORAM TRANSFERIDOS PARA SECRETARIAS ESTADUAIS QUE NÃO POSSUÍAM SEU PLANO DE SAÚDE ESTADUAL

OS REPASSES DE RECURSOS FEDERAIS NÃO FORAM SUSPENSOS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE NÃO EFETUARAM O REGISTRO DE INFORMAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS NOS SISTEMAS

AUSÊNCIA DE ROTINAS DE MONITORAMENTO POR PARTE DO MINISTÉRIO QUANTO À DEVIDA UTILIZAÇÃO E ESTOCAGEM DOS INSUMOS ESTRATÉGICOS RECEBIDOS PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

CAUSA

Falhas no monitoramento realizado pelo Ministério da Saúde

PREJUÍZOS A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA POR NÃO DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO INFORMAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS ATUALIZADAS E DETALHADAS A NÍVEL MUNICIPAL

PREJUÍZO AO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA A NÍVEL NACIONAL PELA AUSÊNCIA DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS DOS SISTEMAS FEDERAIS

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ALÉM DO NECESSÁRIO POR FALHA DE PLANEJAMENTO

RECOMENDAÇÕES DA CGU

Promover uma revisão na sistemática de suspensão de repasse de recursos a Entes que não registram as informações nos sistemas de monitoramento

Definir parâmetros financeiros visando identificar os saldos de recursos federais sem movimentação nas contas correntes dos fundos de saúde locais

Realizar vistorias dos estoques

Reforço nas capacitações junto aos estados e municípios acerca do planejamento, transporte e manejo de insumos

Condicionar a liberação de recursos federais à atualização dos dados de estoque no sistema de Informações de Insumos Estratégico

### PROVIDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Propõe informar trimestralmente os Conselhos Estaduais e Municipais sobre a existência de saldos, bem como intensificar as ações de fomento à execução das ações no âmbito da vigilância em saúde.

Publicou a Portaria GM/MS nº 2149, de 28 de agosto de 2017, a qual trata da suspensão de recursos financeiros, bem como estabeleceu documento padrão para colhimento de assinatura e justificativa da autoridade competente para autorização de transferência de recursos a entes nessas situações.

### MINAS GERAIS

As situações encontradas evidenciaram que a execução da política pública, operada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), apresentava deficiências e fragilidades, principalmente na distribuição de insumos e não alcance de metas no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. A materialização dessas fragilidades se refletiu diretamente sobre a população, uma vez que foi observado um aumento do número de casos de Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, no período da fiscalização (2016). Outra consequência dessas situações foi a deflagração pela Polícia Federal, em parceria com a CGU, da *Operação Amphibia* que investiga indícios de fraudes na contratação de serviços para realização de eventos relacionados ao combate do mosquito *Aedes aegypti*, promovidos pela SES/MG.

## PROGNÓSTICO DA CGU

### FALHAS CONTRIBUÍRAM PARA OCORRÊNCIA DE CASOS DE AGRAVO RELACIONADOS À DENGUE

A inexistência de planos de saúde locais norteando as ações de combate ao mosquito; as falhas identificadas na operacionalização do programa na maioria das unidades da federação; e as fragilidades detectadas na atuação da Secretaria de Vigilância em Saúde responsável pela coordenação nacional do Programa de Combate ao Mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, contribuíram para a ocorrência de casos de agravos relacionados à Dengue, conforme demonstrado a seguir:

#### QUANTITATIVO DE AGRAVOS RELACIONADOS À DENGUE - 2016

CASOS	Nº
DENGUE COM SINAIS DE ALARME	8.116
DENGUE GRAVE	826
ÓBITOS CONFIRMADOS	609

Fonte: Boletim Epidemiológico SVS/MS, volume 47, nº 38/2016

### REDUÇÃO DOS AGRAVOS APÓS ATUAÇÃO DA CGU E PROVIDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

No final de 2017, após a atuação do Ministério da Saúde e das avaliações e recomendações realizadas pela CGU, observou-se que os agravos foram reduzidos nos seguintes quantitativos:

#### QUANTITATIVO DE AGRAVOS RELACIONADOS À DENGUE - 2017

CASOS	Nº	REDUÇÃO
DENGUE COM SINAIS DE ALARME	2.566	68%
DENGUE GRAVE	266	67%
ÓBITOS CONFIRMADOS	137	77%

Fonte: Boletim Epidemiológico SVS/MS, volume 48, nº 45/2017

### ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Importante destacar que além das recomendações estruturantes emitidas pela CGU ao MS no primeiro semestre do exercício de 2017 (2 atendidas e 6 com atendimento parcial), também foram emitidas outras 27 recomendações, durante os anos de 2015 e 2016, para mitigação das situações inadequadas identificadas no âmbito das fiscalizações realizadas nos Estados e Municípios brasileiros.

Assim, considerando a relevância do tema e o papel fundamental do Ministério da Saúde no financiamento, fomento e coordenação de ações visando a redução da incidência da doença, a CGU irá atuar, no exercício de 2018, no acompanhamento da implementação de medidas saneadoras dos fatos relatados.